



Tele Centro Oeste Celular Participações S.A.

CNPJ 02.558.132/0001-69

Relatório de Administração

Senhores Acionistas,

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da Tele Centro Oeste Celular Participações S.A. (“TCO”), submete à apreciação dos Senhores o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Sociedade, com os pareceres dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2003.

1 – Mensagem do Presidente

Em dezembro de 2002, numa demonstração de grande confiança no Brasil, os grupos Portugal Telecom e Telefónica Móviles formalizaram a *Joint Venture* que uniu suas operações celulares no País (Telesp Celular Participações, Tele Leste Celular Participações, Tele Sudeste Celular Participações e Celular CRT Participações) e em abril de 2003, com a inclusão da TCO (Tele Centro Oeste Celular Participações), ampliou sua presença para um total de 19 Estados, além do Distrito Federal.

Um dos grandes marcos desse primeiro ano da história da *Joint Venture* foi, sem dúvida, o lançamento da marca “Vivo”, em 13 de abril de 2003. Depois de meses de estudos para a escolha do nome, a marca VIVO “invadiu” o Brasil de Norte a Sul. Foi uma operação que envolveu shows e eventos nos vários Estados das regiões Centro-Oeste e Norte, campanha na televisão e em outras mídias, nova identidade visual para as lojas e métodos da organização de ações que, em curtíssimo espaço de tempo, tornaram a marca e o índice sempre dos brasileiros. No Centro-Oeste do Brasil, a “VIVO” tornou-se *Top of Mind* em Brasília, com idones intempres crescentes, que chegaram aos 44%, ao final de 2003.

Durante 2003 a TCO registrou uma expansão de 34,1% no número de clientes e apresentou uma participação estimada de mercado de 67,5% no Centro-Oeste e de 32,7% no Norte, provando a eficiência da estratégia de investir em cobertura e qualidade de serviços. A VIVO investiu em 2003, na implantação no Centro-Oeste do País, do CDMA, base da tecnologia de 3ª Geração em todo o mundo e um trunfo inestimável para a oferta de serviços em alta velocidade. A operadora estendeu a sua rede baseada nessa tecnologia a Brasília e Goiânia, além de vários outros municípios dessas regiões. No campo da inovação, um dos destaques de 2003 foi o lançamento do “Vivo ao Vivo” – uma superplataforma multimedial desenvolvida pelas nossas equipes brasileiras, que revolucionou o conceito de acesso a serviços. “Vivo ao Vivo” leva todos os serviços para a tela do celular ao alcance de um clique. Transforma o celular num micro computador.

Um trunfo essencial no desenvolvimento de nossas atividades - balizador dos nossos lançamentos e das nossas ações comerciais e de marketing - é o conhecimento do cliente. Ações como o cartão de fidelidade Vivo Vantagens e a criação da Ouvidoria “Vivo” reforçam os nossos vínculos e agregam pontos na satisfação dos mesmos.

Por meio do Instituto Brasil Digital, braço de responsabilidade social da Vivo, contribuimos para o bem-estar da comunidade, com ênfase nas ações voltadas à educação e ao meio ambiente. Entre outras iniciativas, vale destacar nosso apoio aos programas do Instituto Ayrton Senna, que cobrem vários Estados da área de atuação da “Vivo”, especialmente nas regiões Norte e Centro-Oeste - Acetrela Goiás, Lagrada 2000 (MS, DF e RO) e São mais que sucessos a serem comemorados. São conquistas que nos estimulam a ousar mais, a ir além, e com o apoio de nossos clientes, colaboradores, parceiros de negócios e acionistas, fazer mais e melhor em 2004.

Sérgio Assenço Tavares dos Santos
<i>Presidente</i>

2 – Desempenhos dos Negócios

A TCO é uma das sociedades que, em conjunto com a Telesp Celular Participações S.A., Tele Leste Celular Participações S.A., Tele Sudeste Celular Participações S.A. e Celular CRT Participações S.A., compõe os ativos da *Joint Venture* entre a Telefónica Móviles e a Portugal Telecom. Em 13 de abril de 2003, foi lançada a marca “VIVO”, criando uma imagem única para as operações do Grupo, evidenciando assim sua cobertura e capilaridade dentro do território nacional e sua estratégia de atuação.

A TCO é a *holding* que controla seis operadoras de telefonia móvel: Telefóias Celular S/A, Telemat Celular S/A, Telems Celular S/A, Teleron Celular S/A, Teleacre Celular S/A, estas conjuntamente eram denominadas “Área 7”, a Norte Brasil Telecom S/A, (“NBT”), antiga “Área 8” e, mais uma Empresa que oferece soluções para o mercado de serviços de dados via IP (*Internet Protocol*), a TCO IP. A Sociedade, além de *holding*, opera, da mesma forma que suas controladas, com autorização para prestação de Serviços Móveis Pessoais (“SMP”) no Distrito Federal. Suas controladas operam nos estados de Goiás e Tocantins, Mato Grosso do Sul, Rondônia, Acre e, pela Norte Brasil Telecom Koraima, Amapá, Pará, Amazonas e Maranhão.

No final de 2003, a TCO registrou uma expansão de 34,1% no número de clientes e apresentou uma participação estimada de mercado de 67,5% na Área 7 e de 32,7% na Área 8, provando a eficiência da estratégia de investir em cobertura e qualidade de serviços. Os números abaixo retratam o comportamento operacional da TCO em 2003, comparativamente ao do ano de 2002:

Resumo Operacional		TOTAL	
	2003	2002	Var.(%)
N.º de Clientes – Total (em milhares)	4.112	3.067	34,1%
N.º de Clientes – Contrato (em milhares)	950	860	10,5%
N.º de Clientes – Pré-pago (em milhares)	3.162	2.206	43,3%
Digitalização da planta de clientes (%)	99,2%	98,1%	1,1 p.p.
População (em milhões)	21,8	31,2	1,9%
Penetração regional (%)	23,3%	16,3%	7,0 p.p.
N.º de empregados	1.510	1.575	-4,1%
Pontos de venda	1.855	1.665	11,4%

O ano de 2003 se caracterizou pela consolidação da estratégia, adotada com ênfase na inovação, na aquisição de novos clientes, na aplicação de um modelo rentável de crescimento e na fidelização dos clientes.

Serviços

Em conformidade com esse modelo e para melhor atender sua carteira de clientes, que conta com 4,112 milhões de clientes, sendo 950 mil de clientes contratuais e 3,162 milhões de clientes do serviço pré-pago, a Empresa, ao longo do ano, disponibilizou novos serviços, entre os quais destacamos:

Vivo MMS: Sistema que permite baixar e executar arquivos no celular transformando-o em um mini computador. Os principais usuários são jogos e *players* com tons polifônicos. Serviço oferecido somente nas áreas de cobertura 1xRTT e através de aparelhos capacitados.

Player de vídeo sobre a plataforma de serviços Vivo Downloads: Sistema que permite baixar vídeos com até 30 segundos de duração como *trailers* de filme. Serviço oferecido somente nas áreas de cobertura 1xRTT e através de aparelhos capacitados.

Vivo ao Vivo: Interface de uso através de ícones que representam os principais serviços da operadora, facilitando aos usuários o acesso e manuseio destes serviços (*Wap*, mensagens curtas (SMS), Caixa Postal, Portal de Voz, Torpedo MMS, Tons & Imagens, *Messaging*, Câmera e Personalização – chamado de “Meu Vivo ao Vivo”). Serviço oferecido somente nas áreas de cobertura 1xRTT e através de aparelhos capacitados.

Vivo Torpedo MMS: Serviço de envio e recebimento de mensagens multimídia, que além de texto ainda incluem áudio, imagens e movimento a partir de terminais com a funcionalidade MMS ou da Web, no Portal MMS do Grupo Vivo (com mais de 200 imagens). Serviço oferecido somente nas áreas de cobertura 1xRTT e através de aparelhos capacitados.

Wap 1X: Padronizado estendido em toda a árvore do conteúdo para as operadoras do Grupo Vivo, totalizando mais de 60 parceiros, com conteúdos diferenciados, mantendo as necessidades regionais de conteúdo.

Cupido SMS: Serviço de serviços de *chat* de encontros, via mensagens curtas, através do código 2583 em que os clientes do Grupo Vivo podem buscar seu par perfeito, paquerando, marcando encontros.

Chat Vivo: Serviço de sala de bate papo - *chat* - unificado e nacional, criando um ambiente descontraído para discussão de diversos temas via SMS e WAP.

Quiz SMS: Serviço de jogo com perguntas e respostas, via mensagens curtas, através do código 2580, em que clientes do testam seus conhecimentos em diferentes temas.

Tons Musicais SMS: Serviço que possibilita baixar, através do código de mensagens curtas, 250 tons monofônicos para os clientes personalizarem seu celular com a música que desejarem.

Portal de Voz: Unidade de resposta automática de voz em que clientes da TCO, discando *2211 podem acessar diversos conteúdos, como bate-papo, esportes, cinema, novela, regional, etc.

Vivo ZAP: Serviço que permite o acesso à Internet em banda larga através de um laptop ou PDA, possibilitando a mobilização da Internet e permitindo um incremento da produtividade das empresas e otimização de seus processos. O serviço é oferecido nas cidades de Curitiba, Brasília, Goiânia e no Rio Grande do Sul. Além disso, estendeu-se a cobertura nos estados de São Paulo (Jundiaí, Itu, Mogi das Cruzes, Campinas, Campos do Jordão) e Rio de Janeiro (Macaé, Niterói). Atualmente, os clientes do Vivo ZAP já podem acessar a Internet sem fio e também nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Paraná, Bahia e Pernambuco.

A **Vivo Empresas:** unidade de negócios do Grupo Vivo que atende ao mercado empresarial, ampliou expressivamente sua atuação tanto em pequenas e médias empresas como nas maiores contas corporativas. Este crescimento esteve aliado à consolidação da sua atuação nacional, que trouxe uma série de benefícios ao mercado em 2003. Aliados aos serviços disponíveis para os clientes pessoas físicas existem alguns específicos para o corporativo e, durante 2003, houve o lançamento dos serviços descritos abaixo:

Escritório Móvel: Serviço que possibilita acessar seu e-mail corporativo, além de contatos e calendário, de qualquer lugar dentro da área de cobertura digital. Também permite acessar, via WAP, os arquivos tipo *power point*, Word e Excel.

Torpedo Empresas: Serviço de envio de mensagens curtas terminadas – SMMT - com funcionalidades os serviços de informação (*broadcast*), comprovante de mensagem enviada, agendamento de envio, etc. O serviço também torna-se parte do dia a dia dos usuários através de informações como saldo bancário ou confirmação de uma transação.

M2M - Machine to Machine: Serviço focado no mercado de automação e telemetria, que fornece uma nova forma de tarifação aliando a mesma linguagem dos clientes que atuam neste mercado. Grandes frotas, trens, redes elétricas, já podem usufruir da qualidade e praticidade desse serviço.

ISP Vivo: Provedor de acesso à internet móvel do Grupo Vivo em todas as regiões onde o serviço Vivo ZAP está disponível.

Foi criada uma estrutura de Clientes Nacionais para suportar os clientes corporativos que atuam ao longo dos vários Estados em que o Grupo “Vivo” está presente, unificando as ofertas, serviços e a infraestrutura de suporte e atendimento a elas. Esta estrutura visa melhor atender às necessidades destes clientes aumentando a participação da Sociedade na cadeia de valores de seus clientes, inclusive a partir de soluções de transmissão móvel e banda larga exclusiva da rede CDMA 1xRTT. Por fim, em outubro, foi lançada a campanha e o posicionamento da marca “Vivo Empresas”, marcando os diferenciais de cobertura e credibilidade da operação, propiciando assim o aumento das vendas.

A “Vivo Empresas” conquistou na região da TCO resultados bastante expressivos, como o crescimento do parque de linhas corporativas em 69% e a receita bruta que atingiu um patamar de crescimento expressivo de 61%.

Durante 2003 realizou-se a interconexão dos serviços de mensagens curtas (SMS) de todas as operadoras do Grupo Vivo, assim como, foram ampliadas as conexões com as demais operadoras nacionais.

No escopo da unificação e padronização dos serviços oferecidos pelo Grupo “Vivo”, as operadoras mudaram os nomes dos serviços que oferecem aos seus clientes e, adicionalmente, padronizaram as tarifas, acesso e características (número de mensagens, tempo de armazenamento, etc.) do serviço de caixa postal.

Planos e Campanhas

A campanha de lançamento da marca “Vivo”, ocorrida de 13 a 30 de abril, possibilitou que as ligações entre clientes das diversas operadoras fossem tarifadas como ligações locais, enfatizando a presença do grupo em quase todo o território nacional.

A Sociedade promoveu uma forte política de aquisição de clientes através de agressivas promoções de massa e ações segmentadas. Na maioria das promoções procurou-se adquirir clientes pré-pagos e pós-pagos através de promoções conjuntas de estímulo ao tráfico intra-rede e incentivo ao uso de serviços de dados.

No período anterior ao lançamento da marca “Vivo”, foram realizadas ações de aquisição regionais com foco no oferecimento de bônus. A seguir, as promoções passaram a abranger o Grupo “Vivo”. A promoção do Dia das Mães incentivou o tráfego local intra-rede. A campanha do Dia dos Pais foi marcada pelo aquecimento do mercado com vendas significativamente superiores ao mesmo período de 2002, sendo oferecido bônus em ligações intra-rede, SMS e participação em um sorteio de viagem. Outras promoções que fortaleceram os resultados do 2o. semestre, como a “Fim de Semana Livre”, a “Promoção Vivo Pés 600 Minutos” e, finalmente, o grande sucesso de vendas alcançado através da “Promoção de Natal”, que ficou marcada por sua inovação, pois não beneficiou apenas os novos clientes, mas também, três clientes indicados por eles dentro da base da Sociedade.

Com a premissa de manter uma base sustentável de clientes, as promoções de aquisição também foram abertas aos clientes que desejassem trocar seus aparelhos. A empresa atuou fortemente na fidelização dos clientes, oferecendo descontos em aparelhos, através de ações de marketing direto, telemarketing ativo, envio de mala direta ou SMS.

Para comparar seu programa de fidelização, a TCO lançou para seus clientes, pós-pagos e pessoa física, o “Vivo Vantagens”, oferecendo, através da apresentação de um cartão personalizado, descontos e vantagens em estabelecimentos parceiros, que incluem academias, cursos de línguas, cursos de informática, agências de viagens, companhias aéreas, hotéis, restaurantes, editoras, lojas, etc. Também iniciou o envio de um encarte junto às contas telefônicas (newsletter) visando estabelecer um canal de relacionamento permanente.

Aliado às ações de fidelização, após a introdução do Código de Seleção Prestadora (“CSP”) em suas chamadas de longa distância foram realizadas ações diretas junto aos clientes, para a readequação de seus planos de serviços.

Dentre as ações para o público pré-pago, a Sociedade promoveu onze ações de incentivo à recargas, ofertas “relâmpagos” e premiadas, e ações de incentivo de migração dos clientes pré-pagos para planos pós-pagos.

Programas de Qualidade

A TCO prioriza a qualidade como fator essencial na prestação de serviços de comunicação móvel a seus clientes. Como evidência disso, a Sociedade obteve as certificações ISO 9001:2000 nos dois sistemas de gestão da qualidade implantados, priorizando os processos de atendimento e vendas, sendo o escopo de atendimento “Desenvolvimento e Gestão de Serviços de Atendimento a Cliente” (Central de Relacionamento com o Cliente-CRC) e o de vendas “Comercialização, Serviços e Atendimento Pessoal ao Cliente nas Lojas Próprias da VIVO no Centro Oeste e Norte”.

Os sistemas de gestão da qualidade, baseado no referencial normativo ISO 9001:2000, inclui mudanças fundamentais, como uma intensificação do foco no atendimento ao cliente, o encorajamento sistemático de qualidade de produto, a exigência de medidas e resultados mais transparentes, além da busca contínua da excelência. Com a formação do Grupo Vivo, foram realizados, em paralelo à manutenção das certificações existentes, uma série de projetos voltados para a estruturação do processo organizacional e a preparação da certificação ISO 9001:2000 para o Grupo Vivo em 2004.

Canais de Distribuição

Em 31 de dezembro de 2003, a TCO contava com 62 lojas e quiosques próprios, 1.794 revendedores de aparelhos credenciados, exclusivos ou não, e 37,0 mil revendedores de cartões diretos e indiretos, além de operar com recarga em agências para os correntistas do Banco do Brasil e o Bradesco.

Cobertura e Rede

Em consonância com os planos de expansão e modernização de seu sistema, a TCO encerrou 2003 com (i) 1.099 Estações Rádio Base (ERB’s), das quais 388 são digitais, 644 são duais e 67 são analógicas, (ii) 26

Centrais de Comutação e Controle (CCCs), das quais 16 são digitais e 10 são duais e (iii) 20 outros equipamentos de rede, como plataformas de correio de voz (VM), plataformas do serviço pré-pago, plataformas de mensagens curtas (SMS), plataformas de registro de clientes (HLR), gateways e etc. Em 31 de dezembro de 2003 a TCO cobria 49% dos municípios em sua área 7 de atuação e 27% em sua área 8 de atuação ou 88,6% da população em sua área 7 e 64,6% em sua área 8. A Sociedade utiliza as tecnologias digitais TDMA e 1XRTT nos serviços prestados de telefonia móvel.

Com a consolidação da *Joint Venture*, a Sociedade vem concentrando seus esforços para a implantação seletiva de uma nova rede sobreposta de tecnologia CDMA (1XRTT). Em 2003, a cobertura 1XRTT cobria 17 municípios, dentre os quais Brasília, Águas Lindas de Goiás, Formosa, Luziânia, Santo Antônio do Descoberto, Valparaíso de Goiás, Abadiânia, Alexandria, Anápolis, Aparecida de Goiânia, Caldas Novas, Goiânia, Pirenópolis, Rio Quente, Senador Celso, Terézópolis e Trindade.

3 – Aspectos Regulatórios

As operadoras de telecomunicações celulares no Brasil que optaram pela migração para o Serviço Móvel Pessoal (SMP), em 06 de Julho de 2003, tiveram que implementar Códigos de Seleção de Prestadora (CSP), para chamadas de longa distância, utilizados por clientes na sua respectiva prestadora para serviços de chamadas de longa distância domésticas (VC2 e VC3) e chamadas internacionais via celular. A Tele Centro Oeste Celular não dispõem mais de receitas de chamadas VC2 ou VC3 e atualmente obtêm receitas de interconexão pelo uso de sua rede para completar essas chamadas.

Além disso, de acordo com os regulamentos da Anatel, foram adotadas regras do tipo *Bill & Keep* para cobrança de interconexão. As regras estabelecem que sociedades, atuando através do sistema SMP, não estão obrigadas a pagar tarifas pelo uso da rede local de outra prestadora de SMP se os clientes utilizarem o serviço local (ou seja, fizerem chamadas na mesma área de registro) e desde que exista um equilíbrio de tráfego entre elas. Contudo, quando o tráfego da prestadora de SMP que origina a chamada para a prestadora de SMP que completa a chamada, representa mais de 55% do tráfego local entre as duas prestadoras, a prestadora de SMP que origina o tráfego maior está obrigada a pagar à outra prestadora a tarifa de uso local pela parte correspondente ao tráfego que excede os 55%.

4 – Comentário sobre a Conjuntura Econômica

O ano de 2003 foi um ano de ajustes e estabilização da economia. Com uma política monetária bastante restritiva, caracterizada por aumentos sucessivos da taxa básica de juros durante o primeiro semestre (Taxa SELIC) e aumento do superávit primário, o Governo que tomou posse no início do exercício, conseguiu conter a inflação e restabelecer a credibilidade da economia brasileira no mercado internacional, ambos bastante penalizados no período de eleição, ao final de 2002.

No âmbito internacional, o destaque foi a redução das tensões no Oriente Médio com a vitória norte-americana sobre o Iraque, que contribuiu para diminuir a pressão de alta no preço do petróleo. Outro ponto que mereceu atenção foi a valorização do Euro frente ao Dólar que aconteceu mesmo com os sinais de recuperação da economia americana.

Em relação ao Real, o Dólar encerrou o ano com queda de 18%, cotado a R\$2,89. A cotação foi influenciada pelo aumento no ingresso de recursos estrangeiros no país, com destaque para o superávit recorde da balança comercial. Com exceção do ano de adoção do Plano Real, este foi o primeiro ano em que o Real apresentou apreciação frente ao Dólar.

No mercado externo, o Brasil recuperou a confiança dos investidores. A taxa de risco recuou 67% no ano (471 pontos), atingindo o menor patamar em 5 anos. O C-Bond encerrou o ano com valorização de 98%, chegando a ser negociado a 98,4% do seu valor de face. O superávit primário e o da balança comercial, juntamente com a aprovação de reformas importantes como a providenciária e a tributária, colaboraram para uma melhor percepção do risco do país.

O Mercado Celular no Mundo

O mercado mundial de Telefonia Celular tem apresentado índices de crescimento bastante elevados, mesmo se comparados a outras indústrias do setor tecnológico. O parque total mundial cresceu a taxas próximas a 18% nos últimos 2 anos, passando de 904 milhões de assinantes em 2001 para 1.072 milhões em 2002. Para 2003 estima-se um parque total da ordem de 1.268 milhões. O ganho líquido de mercado em 2003 é estimado em 196 milhões de clientes sendo que o terceiro e quarto trimestres do ano serão responsáveis por 54,6% deste ganho.

O índice de penetração mundial, que em 2001 era de 20%, fechou o ano de 2003 em 27%, crescimento este fortemente influenciado pelo aquecimento do mercado celular em países como China, Filipinas, Índia, Indonésia, Rússia e no sul da África. Estes países se caracterizam por baixos índices de penetração, alta concentração de renda e acirramento das condições de competição.

O ano de 2003 foi marcado pela consolidação dos serviços de dados, oferecidos sobre plataformas CDMA e GSM, e pelo franco desempenho dos serviços de terceira geração, que só tiveram sucesso em países asiáticos. A participação de dados no ARPU tem apresentado crescimento significativo nos últimos anos; em 1999, os resultados mundiais apontavam para uma participação de apenas 2%, atualmente esta participação já está em 10% (3 Trimestre de 2003).

China, EUA e Japão são os maiores mercados de celular em termos absolutos, representando 40% do número total de usuários globais. O Brasil fica classificado em sétima posição neste quesito, apesar de seu baixo índice de penetração.

O desempenho operacional global tem apresentado melhoras significativas desde 2000, quando a margem média de EBITDA era de 28%. As operadoras globais conseguiram melhorar sua eficiência em 13 pontos percentuais, fechando o terceiro trimestre de 2003 com margem global de 41% (segundo informações da Merrill Lynch).

O Mercado Celular no Brasil

O mercado Brasileiro de telecomunicações móveis, que em 1999 era composto de 15,03 milhões de clientes, tem apresentado altos índices de crescimento nos últimos anos, com destaque para os anos de 2002 e 2003. Em 2003 o mercado terminou o ano com aproximadamente 46,4 milhões de clientes, dos quais a Vivo é responsável por aproximadamente 45%.

O crescimento do índice de penetração, que em 2003 foi de 5,3 pontos percentuais, não havia apresentado tamanho crescimento desde 99, quando o mesmo foi de 5 pontos percentuais. Este crescimento pode ser atribuído ao acirramento do ambiente competitivo, redução da barreira de entrada e do forte esforço comercial liderado por bonificações de minutos e serviços de dados.

A consolidação de importantes *players* como Vivo, Claro, Oi e TIM também foi fator chave de sustentação das taxas de crescimento e aumento do índice de penetração.

A receita de transmissão de dados como percentual do ARPU representava 0,3% em 1999, passando a representar aproximadamente 2,3% em 2003. Da mesma forma que já aconteceu em mercados mais desenvolvidos, como Europa e alguns países da Ásia, expecta-se que a adoção dos serviços de dados continue a crescer de forma significativa no decorrer de 2004. Este crescimento poderá ser impulsionado pela diversidade de soluções a aplicações de serviços proporcionados pelo acesso a dados no celular.

Em 2003 o número de linhas celulares ultrapassou o de linhas fixas, que nos últimos anos desacelerou o seu índice de crescimento. Percebe-se que cada vez mais o celular amplia sua participação no mercado de telecomunicações no segmento de voz.

Em 2003 o mercado celular brasileiro superou as expectativas de crescimento, mesmo quando ocorreu o baixo crescimento do PIB e a alta desigualdade socio-econômica. Portanto, expecta-se que o país deverá continuar a apresentar crescimento significativo no mercado celular, avançando também pela gradual redução de tarifas e preços de aparelhos. Além disso, a gradual desregulamentação do setor e incentivo à livre negociação de tarifas também servirá de suporte para tal crescimento.

5 – Desempenho Econômico-Financeiro

Em R\$ milhões	2003	2002	Var.(%)
Receita Operacional Líquida	1.959	1.572	24,6%
EBITDA	742	615	20,7%
Lucro Líquido	463	329	40,7%
Juros sobre capital próprio/dividendos líquidos de IR fonte	110,5*	79,5	38,9%
Ativo Total	2.654	2.365	11,4%
Patrimônio Líquido	1.556	1.218	27,8%
Endividamento	348	628	-44,6%
(*)sujeito à aprovação da AGO.			

Receita Operacional

A receita operacional líquida da TCO em 2003 foi de R\$ 1.959 milhões comparada a R\$ 1.572 milhões em 2002, um aumento de 24,6% devido ao crescimento de 34,1% da base total de clientes e a maior utilização dos serviços de telecomunicação.

A receita operacional líquida de serviços aumentou 22,3% em 2003 com relação a 2002, passando de R\$ 1.355 milhões para R\$ 1.657 milhões, devido principalmente ao crescimento da base total de clientes.

A receita operacional líquida de mercadorias aumentou 38,1% em 2003 comparada a 2002, passando de R\$ 218 milhões para R\$ 301 milhões em função da intensa atividade comercial da Sociedade.

EBITDA

O EBITDA da TCO foi de R\$ 742 milhões em 2003, o equivalente a 37,9% da receita operacional líquida total. Em comparação a 2002, quando o EBITDA foi de R\$ 615 milhões, houve um crescimento de 20,7%, comprovando que a Sociedade foi mais eficiente em gerar caixa com seus ativos operacionais. O EBITDA é calculado como segue:

R\$ mil			
Resultado operacional	527.083	Veja DRE consolidada	
(-) Resultado Financeiro	(20.568)	Veja DRE consolidada	
(-) Depreciação e Amortização	(194.781)	Veja DOAR	
	742.432		

Lucro Líquido

O Lucro Líquido da TCO foi de R\$ 463 milhões em 2003 comparado aos R\$ 329 milhões em 2002. A melhora no resultado se deve ao esforço realizado pela Sociedade na contenção dos custos, juntamente com a política de derivativos utilizada durante 2003.

Investimento em Controladas

a. Participação nas Controladas

	Participação Ordinárias %	Participação Preferenciais %	Total da Participação %
Investidas			
Telegoias	98,62	96,35	97,14
Telemat	99,28	96,28	97,83
Telems	99,64	97,65	98,54
Teleron	98,26	96,66	97,23
Teleacre	99,96	96,62	98,35
NBT	100,00	100,00	100,00
TCO IP	99,99	100,00	99,99

b. Quantidade de ações possuídas

	Ações Ordinárias	Ações Preferenciais	Total de Ações
Investidas			
Telegoias	2.281	4.146	6.427
Telemat	329	345	674
Telems	542	650	1.192
Teleron	247	438	685
Teleacre	999	891	1.890
NBT	24.001	47.999	72.000
TCO IP	499	500	999

c. Composição e movimentação

	Controladora		Consolidado	
	31.12.03	31.12.02	31.12.03	31.12.02
Investimento em controladas	1.234.609	1.006.955	-	-
Ágio na aquisição de investimento líquido	53.430	54.991	6.708	8.239
Deságio na aquisição de participação na NBT	(2.282)	-	(2.282)	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	510	510	-	-
Provisão para perdas em Investimentos	(5.920)	(1.190)	-	-
Outros investimentos	22	22	192	191
Saldo do investimento	1.280.369	1.061.288	4.588	8.430

	31.12.03	31.12.02		
Saldo inicial do investimento				
líquido da provisão para perdas	1.061.288	1.078.207		
Equivalência patrimonial	374			



Tele Centro Oeste Celular Participações S.A.

CNPJ 02.558.132/0001-69

Balanco Patrimonial em 31 de Dezembro de 2003 e de 2002 (Em milhares de reais)

ATIVO	Controladora		Consolidado	
	31/12/2003	31/12/2002	31/12/2003	31/12/2002
CIRCULANTE				
Disponibilidades	107.516	11.820	972.054	158.503
Contas a receber, líquidas	98.349	61.510	398.253	228.256
Crédito com empresas do grupo	97.636	50.487	-	-
Estoques	22.718	11.318	79.076	48.369
Tributos diferidos e a recuperar	31.817	58.955	150.011	120.117
Despesas antecipadas	2.914	863	12.274	2.135
Debêntures	-	224.254	-	712.135
Operações com derivativos	-	34.057	-	38.441
Outros ativos	2.946	1.613	6.565	5.480
	363.896	454.877	1.618.233	1.313.436
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO				
Créditos com empresas do grupo	31.021	10.617	-	-
Tributos diferidos e a recuperar	4.302	11.658	55.264	48.449
Operações com derivativos	44	5.709	87	14.863
Outros ativos	56.818	53.703	58.134	56.630
	92.185	81.687	113.485	119.942
PERMANENTE				
Investimento	1.280.369	1.061.288	4.588	8.430
Imobilizado, líquido	247.355	236.584	891.030	891.418
Diferido, líquido	-	-	26.910	31.520
	1.527.724	1.297.872	922.528	931.368
TOTAL DO ATIVO	1.983.805	1.834.436	2.654.246	2.364.746

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PASSIVO	Controladora		Consolidado	
	31/12/2003	31/12/2002	31/12/2003	31/12/2002
CIRCULANTE				
Pessoal, encargos e benefícios sociais	11.159	6.415	20.326	12.028
Fornecedores e contas a pagar	64.142	30.392	276.212	154.389
Impostos, taxas e contribuições	35.451	27.131	133.345	107.830
Empréstimos e financiamentos	26.783	246.555	135.042	324.980
Juros sobre o capital próprio e dividendos	127.916	93.279	135.119	99.729
Operações com derivativos	2.943	1.536	9.426	1.567
Outras obrigações	5.360	4.581	21.972	14.317
	273.754	409.889	731.491	714.840
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO				
Empréstimos e financiamentos	43.435	78.716	213.126	302.800
Provisão para contingências	105.166	94.639	109.373	99.104
Impostos, taxas e contribuições	-	-	9.972	4.141
Obrigações com empresas do grupo	-	31.409	-	-
Provisão para plano de pensão	1.681	315	2.810	464
Operações com derivativos	3.011	273	5.667	273
Outras obrigações	546	546	546	546
	153.839	205.898	341.494	407.328
MINORITÁRIOS				
	-	-	25.049	23.929
PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Capital social	570.095	534.046	570.095	534.046
Ações em tesouraria	(49.162)	(49.162)	(49.162)	(49.162)
Reservas de Capital	114.380	114.380	114.380	114.380
Reservas de lucro	655.574	322.165	655.574	322.165
Lucros acumulados	265.199	297.094	265.199	297.094
	1.556.086	1.218.523	1.556.086	1.218.523
RECURSOS CAPITALIZÁVEIS				
	126	126	126	126
TOTAL DO PASSIVO	1.983.805	1.834.436	2.654.246	2.364.746

Demonstração do Resultado para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2003 e 2002 (Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por lote de 1.000 ações)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2003	31/12/2002	31/12/2003	31/12/2002
RECEITA OPERACIONAL BRUTA				
Serviços de telecomunicações	537.001	475.130	2.103.805	1.705.409
Vendas de mercadorias	76.325	70.025	383.471	276.884
	613.326	545.155	2.487.276	1.982.293
DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA	(121.043)	(107.921)	(528.366)	(410.183)
RECEITAS OPERACIONAL LÍQUIDA	492.283	437.234	1.958.910	1.572.110
Costo de serviços prestados	(131.097)	(119.975)	(513.996)	(427.579)
Costo das mercadorias vendidas	(82.380)	(81.769)	(390.026)	(314.193)
LUCRO BRUTO	278.806	235.490	1.054.888	830.338
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS:				
Despesas com vendas	(68.643)	(46.218)	(300.516)	(215.282)
Despesas gerais e administrativas	(105.349)	(81.497)	(193.258)	(141.860)
Outras receitas operacionais	52.961	41.976	32.879	25.495
Outras despesas operacionais	(15.779)	(14.749)	(46.342)	(40.123)
Equivalência patrimonial	374.095	242.391	-	-
	237.285	141.903	(507.237)	(371.770)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DAS RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS	516.091	377.393	547.651	458.568
Despesas financeiras	(235.206)	(176.801)	(308.793)	(321.064)
Receitas financeiras	214.973	95.158	288.225	230.399
LUCRO OPERACIONAL	495.858	295.750	527.083	367.903
Receitas (despesas) não operacionais, líquidas	(6.872)	4.143	(6.364)	4.292
LUCRO ANTES DOS IMPOSTOS	488.986	299.893	520.719	372.195
Imposto de renda e contribuição social	(42.312)	(21.741)	(181.089)	(131.516)
Minoritários	-	-	(8.460)	(6.131)
LUCRO ANTES DA REVERSÃO DOS JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO	446.674	278.152	331.170	234.548
Reversão dos juros sobre capital próprio	16.734	51.031	132.238	94.635
LUCRO DO EXERCÍCIO	463.408	329.183	463.408	329.183
Ações em circulação da data do balanço (milhares)	373.408.642	373.408.642		
Lucro por lote de 1000 ações - R\$	1,24104	0,88158		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração da mutação do patrimônio líquido da controladora para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2003 e de 2002 (Em milhares de reais)

	Capital social Realizado	Ações em tesouraria	Juros sobre obras em andamento	Reservas de capital			Reserva de lucros		Lucros acumulados	Total Patrimônio Líquido
				Ágio	Especial de ágio	Incentivos fiscais	Reserva legal	Reserva para expansão		
Saldo em 31 de dezembro de 2001	505.000	(6.826)	-	52	87.773	-	40.567	-	383.609	1.010.175
Acervo - Incorporação da Telebrasília Celular S.A.	29.046	-	679	37.481	-	153	1.662	-	(31.476)	37.545
Cancelamento ações em tesouraria	-	-	3.826	-	-	-	-	-	-	3.826
Reserva reflexa do ágio incorporado	-	-	-	-	(15.584)	-	-	-	-	(15.584)
Ações em tesouraria	-	(42.336)	-	-	-	-	-	-	(10.787)	(53.123)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	329.183	329.183
Destinação proposta à AGO:										
Reserva legal	-	-	-	-	-	-	16.459	-	(16.459)	-
Reserva para expansão exercício atual	-	-	-	-	-	-	-	219.225	(219.225)	-
Reserva para expansão exercício anterior	-	-	-	-	-	-	-	44.252	(44.252)	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	(93.499)	(93.499)
Saldo em 31 de dezembro de 2002	534.046	(49.162)	4.505	37.533	72.189	153	58.688	263.477	297.094	1.218.523
Aumento de capital com lucros acumulados	36.049	-	-	-	-	-	-	-	(36.049)	-
Dividendos prescritos - 1999	-	-	-	-	-	-	-	-	4.155	4.155
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	463.408	463.408
Destinação proposta à AGO:										
Reserva legal	-	-	-	-	-	-	23.171	-	(23.171)	-
Reserva para expansão exercício atual	-	-	-	-	-	-	-	310.238	(310.238)	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	(130.000)	(130.000)
Saldo em 31 de dezembro de 2003	570.095	(49.162)	4.505	37.533	72.189	153	81.859	573.715	265.199	1.556.086

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2003 e de 2002 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando mencionado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Tele Centro Oeste Celular Participações S.A. - ("Sociedade" ou "TCO") é uma sociedade de capital aberto que em 31 de dezembro de 2003 tem como controladora a Telesp Celular Participações S.A. - "TCP" (86,58% do capital votante e 29,30% do capital total), que é controlada pela Brasilcel N.V. - "Brasilcel". A Brasilcel é controlada da Telefônica Móveis, S.A. (50,000% do capital total), pela PT Móveis, Serviços de Telecomunicações, SGPS, S.A. (49,999% do capital total), e pela Portugal Telecom, SGPS, S.A. (0,001% do capital total).

A Sociedade é controladora das operadoras Telegoias Celular S.A. - "Telegoias", Telemat Celular S.A. - "Telemat", Telems Celular S.A. - "Telems", Teleron Celular S.A. - "Teleron" e Teleacre Celular S.A. - "Teleacre" e Norte Brasil Telecom S.A. - "NBT", que exploram serviços de telefonia móvel celular, incluindo atividades necessárias ou úteis à execução desses serviços, na conformidade com concessões e autorizações que lhes foram outorgadas, descritas a seguir:

Controladas	% de Participação	Área de Operação	Concessão / Autorização	Prazo da Concessão / Autorização
Telegoias	97,14	Góias e Tocantins	29.10.2008	
Telemat	97,83	Mato Grosso	30.03.2009	
Telems	98,54	Mato Grosso do Sul	28.09.2009	
Teleron	97,23	Rondônia	21.07.2009	
Teleacre	98,35	Acre	15.07.2009	
NBT	100,00	Amazonas, Roraima, Amapá, Pará e Maranhão	29.11.2013	

Além disso, é controladora da TCO IP S.A. - TCO IP que explora serviços de telecomunicações, serviços de acesso a internet, desenvolvimento de soluções e outros.

Os negócios das sociedades controladas, incluindo os serviços que podem prover, são regulamentados pela Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL, autoridade regulamentadora de telecomunicações, de acordo com a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, e respectivos regulamentos, decretos, decisões e planos.

Alterações do Controle Acionário
Em 10 de abril de 2003, a Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL aprovou a transferência da participação societária, detida pela BID S.A., no capital social do TCO.

Em 25 de abril de 2003, a TCO tomou conhecimento, por meio do seu acionista controlador, do fechamento da operação de transferência do controle acionário da Sociedade para a TCP, nos termos do Contrato Preliminar de Compra e Venda de Ações, tendo ocorrido, nesta data, a liquidação financeira da operação e a transferência para a TCP, das ações representativas do controle societário da TCO.

Migração do SMC ao SMP
Em 3 de fevereiro de 2003, foi assinado o Termo de Autorização do Serviço Móvel Pessoal - "SMP" entre a ANATEL e a TCO e suas controladas Telegoias, Telemat, Telems, Teleron, Teleacre e NBT, sendo o mesmo efetivo a partir da publicação em Diário Oficial da União, ocorrida em 5 de fevereiro de 2003.

As autorizações concedidas à TCO e às controladas têm vigência pelo prazo remanescente das concessões anteriormente outorgadas e ora substituídas, sendo posteriormente renováveis, uma única vez, pelo prazo de 15 anos, sendo essas prorrogações a título oneroso.

Em 6 de julho de 2003 as operadoras passaram a implementar o Código de Seleção de Prestadora (CSP) com o qual o cliente passa a escolher a prestadora de serviço de longa distância (VC2 e VC3) e internacional, segundo regras do SMP. As operadoras deixam de receber as receitas de VC2 e VC3 e passam a receber receita de interconexão pelo uso de suas redes nessas ligações.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
As demonstrações financeiras consolidadas incluem os saldos e transações da controladora e de suas controladas em 31 de dezembro de 2003 e 2002.
Nas consolidadas, todos os saldos e transações entre a sociedade e suas controladas acima mencionadas foram eliminadas.
As demonstrações financeiras referentes a 31 de dezembro de 2002 foram reclassificadas, quando aplicável, para fins de comparabilidade.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a. Disponibilidades
Representam os saldos existentes em caixa e bancos e as aplicações financeiras de liquidez imediata, demonstrados ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

b. Contas a Receber
Os valores faturados estão avaliados pelo valor da tarifa na data da prestação do serviço. Estão também incluídos, os serviços prestados aos clientes que ainda não foram faturados até a data do balanço, bem como as contas a receber relacionadas à venda de aparelhos celulares e acessórios.

c. Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa
É constituída provisão para os créditos cujas chances de recuperação são consideradas remotas.

d. Conversão das Transações em Moeda Estrangeira
As transações em moeda estrangeira são registradas utilizando a taxa de câmbio da data da transação e os correspondentes saldos são atualizados até a data do balanço, sendo a variação cambial registrada no resultado. A variação cambial e os prêmios dos contratos de derivativos são apurados e contabilizados mensalmente, independente dos prazos para liquidação.

e. Estoques
São representados pelos aparelhos celulares, acessórios e materiais para manutenção, avaliados ao custo médio de aquisição. Foi constituída provisão para ajuste a valor de realização sobre os custos dos aparelhos considerados obsoletos ou cujas quantidades são superiores àquelas usualmente comercializadas em um período razoável de tempo.

f. Despesas Antecipadas
Estão demonstradas pelos valores efetivamente desembolsados e ainda não incorridos.

g. Investimentos
As participações societárias permanentes em controladas estão registradas pelo método da equivalência patrimonial. As práticas contábeis das controladas são consistentes com as adotadas pela controladora.

h. Imobilizado
Está demonstrado pelo custo de aquisição ou construção deduzido da depreciação acumulada, calculada pelo método linear cujas taxas utilizadas estão de acordo com a expectativa de vida útil desses ativos. Os gastos incorridos com reparos e manutenção que representem melhoria, aumento da capacidade ou de vida útil são capitalizados, enquanto que os demais são registrados no resultado do exercício.

i. Diferido
Receitas e gastos incorridos durante o período pré-operacional das controladas Norte Brasil Telecom S.A. e TCO IP S.A., amortizados pelo método linear no prazo de dez e cinco anos, respectivamente.

j. Imposto de Renda e Contribuição Social
São calculados e registrados com base nas alíquotas efetivas vigentes. Os impostos diferidos atribuíveis às diferenças temporais, aos prejuízos fiscais e à base negativa de contribuição social são registrados, no pressuposto de sua realização futura.

k. Empréstimos e Financiamentos
Estão atualizados pela variação monetária e/ou cambial e juros incorridos até à data do balanço.

l. Provisão para Contingências
É determinada com base em opiniões de assessores legais e da Administração, quanto ao provável resultado dos assuntos pendentes e estão atualizadas até a data do balanço pelo montante provável da perda, observada a natureza de cada contingência.

m. Provisão para Fundo de Pensão
Os passivos atuariais estão calculados com base no método de crédito unitário projetado, e os ativos nos planos estão apresentados pelo valor justo de mercado. Os ganhos e perdas atuariais foram registrados imediatamente no resultado do exercício (Nota 29).

n. Reconhecimento das Receitas
A receita dos serviços é reconhecida à medida que os serviços são prestados, sendo o faturamento efetuado mensalmente. A receita não faturada entre a data do faturamento e o final do mês é reconhecida como receita no mês em que o serviço é prestado. As receitas referentes às vendas dos créditos de telefones celulares pré-pagos são diferidas e reconhecidas no resultado à medida que os serviços são efetivamente prestados.

o. Receitas e Despesas Financeiras
Representam juros e variações monetárias e cambiais decorrentes de aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos obtidos e concedidos. Estão incluídos gan



Tele Centro Oeste Celular Participações S.A.

CNPJ 02.558.132/0001-69

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2003 e de 2002 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando mencionado)

d. Composição e movimentação

Os investimentos da controladora referem-se a participação no capital da Telegoís, Telemat, Telems, Teleron, Teleacre, NBT e TCO IP, ágio e adiantamento para futuro aumento de capital, provisionamento para perdas em investimentos e outros investimentos conforme demonstrado abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.03	31.12.02	31.12.03	31.12.02
Investimento em controladas	1.234.609	1.006.955	-	-
Ágio na aquisição de investimento	53.430	54.991	6.678	8.239
Deságio na aquisição de participação na NBT	(2.282)	-	(2.282)	-
Adiantamento para futuro aumento de capital - TCO IP	510	510	-	-
Provisão para perdas em investimentos - TCO IP	(5.920)	(1.190)	-	-
Outros investimentos	22	22	192	191
Saldo do investimento	1.280.369	1.061.288	4.588	8.430

A movimentação dos investimentos da controladora para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2003 e 2002 são como segue:

	31.12.03	31.12.02
Saldo inicial do investimento líquido da provisão para perdas	1.061.288	1.078.207
Equivalência patrimonial	374.095	243.320
Juros sobre capital próprio e dividendos recebidos	(149.419)	(61.267)
Ágio (deságio) na aquisição de investimentos	253	(204)
Provisão para perdas em investimentos	(4.730)	(929)
Investimento em controladas	1.843	935
Redução investimento ágio incorporado	-	(25.436)
Baixa de investimento em função da incorporação Telebrasil Celular S.A.	-	(171.802)
Dividendos e juros sobre o capital próprio prescrito na controlada	(1.400)	-
Amortização de ágio na aquisição de investimentos	(1.561)	(1.538)

Saldo final do investimento líquido da provisão para perdas **1.280.369** **1.061.288**

O ágio e o deságio no montante de R\$ 4.396 (R\$ 8.239 em 30 de dezembro de 2002) refere-se a:

- NBT
- Aquisição de 45% da participação acionária da NBT junto a Inepar S.A. - "Inepar" em maio de 1999, aumento de capital em junho de 2000 pela Sociedade.
 - Pelo deságio na compra de 1,67% da participação acionária da NBT junto a Inepar, em junho de 2003, no valor de R\$ 2.282.
 - Amortização do exercício de 2003 foi no montante de R\$ 1.561.

-Telegoís

Aquisição de ações no mercado da Telegoís em novembro de 2001.

Os ágios referentes à NBT e à Telegoís estão sendo amortizados nos prazos de 10 e 5 anos, respectivamente.

12. IMOBILIZADO

Depreciação - %	Custo	Controladora		Consolidado	
		31.12.03	31.12.02	31.12.03	31.12.02
		Depreciação acumulada	Imobilizado líquido	Depreciação acumulada	Imobilizado líquido
Equipamentos de transmissão	14,29	299.651	(208.019)	91.632	89.273
Equipamentos de comunicação	10	86.650	(35.555)	51.095	60.066
Infra-estrutura	5 a 10	70.454	(41.434)	29.020	29.188
Terrenos	-	2.185	-	2.185	2.962
Direito de uso de software	20	49.077	(23.156)	25.921	23.234
Prédios	4	12.111	(5.849)	6.262	5.501
Equipamentos terminais	50	16.623	(14.447)	2.176	2.527
Outros ativos	5 a 20	28.771	(13.986)	14.785	14.836
Bens e instalações em andamento	-	24.279	-	24.279	8.997
Total		589.801	(342.446)	247.355	236.584

Depreciação - %	Custo	Controladora		Consolidado	
		31.12.03	31.12.02	31.12.03	31.12.02
		Depreciação acumulada	Imobilizado líquido	Depreciação acumulada	Imobilizado líquido
Equipamentos de transmissão	14,29	839.910	(493.521)	346.389	325.056
Equipamentos de comunicação	10	271.136	(101.530)	169.606	194.560
Infra-estrutura	5 a 10	177.828	(71.164)	106.664	96.281
Terrenos	-	7.898	-	7.898	5.830
Direito de uso de software	20	131.854	(55.260)	76.594	64.902
Prédios	4	28.682	(8.132)	20.550	17.766
Equipamentos terminais	50	30.295	(22.620)	7.675	6.058
Licença de Concessão	6,90	60.550	(17.508)	43.042	50.172
Outros ativos	5 a 20	63.073	(28.154)	34.919	34.833
Bens e instalações em andamento	-	77.693	-	77.693	95.960
Total		1.688.919	(797.889)	891.030	891.418

A partir de 1 de janeiro de 2003, a vida útil dos equipamentos terminais foi reduzida para 2 anos, visando a melhor adequação à realidade das operações, sendo que o efeito desta redução em 2003 representou um incremento na despesa de depreciação no montante de R\$ 3.248.

13. DIFERIDO

	Consolidado		
	Taxa anual de amortização - %	31.12.03	31.12.02
Despesas pré-operacionais:			
Despesas financeiras	10	16.701	16.701
Despesas gerais e administrativas	10	27.991	28.600
		44.692	44.761
Amortização acumulada:			
Pré-operacionais		(17.782)	(13.241)
Total		26.910	31.520

14. FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR

	Controladora		Consolidado	
	31.12.03	31.12.02	31.12.03	31.12.02
Fornecedores	45.303	26.647	192.335	139.618
Interconexão	7.079	3.368	26.715	11.706
Repassar SMP (a)	8.761	135	36.035	469
Outros	2.999	242	21.176	2.596
Total	64.142	30.392	276.261	154.389

(a) Valores a repassar SMP referem-se às chamadas VC2 e VC3 faturadas aos clientes e repassadas às operadoras de longa distância.

15. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

	Controladora		Consolidado	
	31.12.03	31.12.02	31.12.03	31.12.02
ICMS	13.261	10.796	67.214	48.626
Imposto de renda e contribuição social	-	-	23	3.192
PIS e COFINS	8.472	3.892	16.718	10.533
FISTEL	12.594	10.512	55.832	45.767
FUNTEL e FUNTEL	313	301	1.219	1.060
Outros impostos, taxas e contribuições	811	1.630	2.311	2.973
Total	35.451	27.131	133.345	107.830

A parcela do longo prazo refere-se ao benefício do Programa de Pagamento de ICMS, decorrente do convênio com o governo do Estado de Goiás relativo à postergação do pagamento de ICMS, este convênio estabelece que o ICMS apurado será pago em 84 parcelas mensais, com carência de 12 meses da data de encerramento da utilização deste, previsto para outubro de 2004.

16. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Descrição	Moeda	Encargos	Controladora		Consolidado	
			31.12.03	31.12.02	31.12.03	31.12.02
BNDES	R\$	TJLP + juros 3,5% a 4% a.a.	11.821	16.221	171.067	207.536
Outros	R\$	Coluna 20-FGV	-	-	1.845	1.586
Finimp	US\$	Libor + juros de 2% a 7% a.a.	-	169.259	29.705	173.939
Resolução 2770	US\$	US\$ + juros médio de 7,41% a.a.	205	48.563	1.755	60.359
Export Development Corporation-EDC	US\$	Libor 6m + juros de 3,9% a 5% a.a.	57.784	89.587	125.509	162.535
BNDES - Cesta de Moedas	UMBNDDES	Variação Cesta UMBNDDES + 3,5% a.a.	-	-	15.987	18.004
Juros			408	1.641	2.300	3.821
Total			70.218	325.271	348.168	627.780
Circulante			26.783	246.555	135.042	324.980
Longo Prazo			43.435	78.716	213.126	302.800

b. Cronograma de pagamento

Os montantes a longo prazo têm a seguinte composição por ano de vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.03	31.12.02	31.12.03	31.12.02
2005	2.037	1.629	11.826	8.039
2006	340	214	870	561
2007	2.983	2.738	9.276	5.717
2008	-	-	-	-
Total	5.360	4.581	21.972	14.317

c. Cláusulas restritivas

A Sociedade possui empréstimos e financiamentos junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e Export Development Corporation (EDC), cujos saldos em 31 de dezembro de 2003 são de R\$ 187.054 e R\$ 125.509, respectivamente. Nesta mesma data, os diversos índices econômicos e financeiros previstos em contrato foram atingidos pela Sociedade.

d. Cobertura

Consolidado

Em 31 de dezembro de 2003, a Sociedade e suas controladas possuíam posições de "hedge" de cambial de US\$ 61.239, para cobertura de taxa de suas obrigações cambiais e de suas controladas. Até esta data, a Sociedade e suas controladas tinham registrado uma perda líquida acumulada e não realizada de R\$ 15.006 (ganho líquido de R\$ 51.463 em 31 de dezembro de 2002) nestas operações de "hedge" cambial representado por um saldo no ativo de R\$ 87 (R\$ 53.303 em 31 de dezembro de 2002), sendo R\$ 87 (R\$ 14.862 em 31 de dezembro de 2002) no longo prazo (R\$ 38.441 em 31 de dezembro de 2002 no curto prazo), e um saldo de passivo de R\$ 15.093 (R\$ 1.840 em 31 de dezembro de 2002), sendo R\$ 9.426 (R\$ 1.567 em 31 de dezembro de 2002) no curto prazo e R\$ 5.667 (R\$ 273 em 31 de dezembro de 2002) no longo prazo.

e. Garantias

	Bancos	Garantias
BNDES Operadoras TCO		Em caso de inadimplência, 15% dos recebíveis e CDB são caucionados ao valor da próxima parcela a vencer.
BNDES NBT		Em caso de inadimplência, 100% dos recebíveis e CDB são caucionados pelo valor equivalente a próxima parcela a vencer durante o primeiro ano e duas parcelas a vencer no período restante.
EDC		Aval da TCO e demais controladas.
Demais empréstimos e financiamentos		Aval da TCO.

17. OUTRAS OBRIGAÇÕES

	Controladora		Consolidado	
	31.12.03	31.12.02	31.12.03	31.12.02
Serviços a prestar - pré-pago	2.037	1.629	11.826	8.039
Provisão programa de fidelização (a)	340	214	870	561
Obrigações com clientes	2.983	2.738	9.276	5.717
Total	5.360	4.581	21.972	14.317

(a) Em 1º de novembro de 2002, a Sociedade lançou um programa de fidelização, em que ligações são transformadas em pontos que podem ser resgatados pelos clientes sob a forma de prêmios (minutos de

conversa, pontos no programa de fidelidade TAM e outros). A validade dos pontos é de 24 meses. Os pontos acumulados são provisionados à medida que são obtidos e considerando a expectativa de resgate com base no perfil de consumo dos clientes cadastrados. A provisão é reduzida quando do resgate dos pontos.

18. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A controladora e suas controladas possuem contingências administrativas e judiciais de natureza trabalhista, tributária e cível, tendo sido constituída provisão contábil em relação às demandas cuja possibilidade de perda foi classificada como provável.

A composição dos saldos das provisões é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.03	31.12.02	31.12.03	31.12.02
Telebrás	94.931	82.431	94.931	82.431
Tributárias	9.525	12.200	11.991	14.856
Cíveis	534	-	2.653	1.539
Trabalhistas	176	8	598	278
Total	105.166	94.639	109.373	99.104

Telebrás

Correspondem, aos empréstimos originais com a Telecomunicações Brasileiras S.A. - TELEBRÁS, que de acordo com o anexo II do Laudo de Cisão de 28 de fevereiro de 1998, aprovado na Assembleia Geral de maio de 1998 e na opinião da Administração da Sociedade, deveriam ser atribuídos à respectiva holding controladora da Telegoís e Telebrás Celular S.A., a Administração da Sociedade, entendendo que houve falha na alocação dos respectivos empréstimos quando da cisão, suspendido o fluxo de pagamento posteriormente à mudança de controle, a qual atualiza por IGP-M acréscimo de 6% de juros ao ano.

Em junho de 1999, a Sociedade alijou ação pleiteando declaração de que os ativos correspondentes a estas obrigações - empréstimos e financiamentos - são de sua titularidade, bem como, os acessórios destes ativos, e ainda indenizações das parcelas pagas.

Em novembro de 1999, a Administração da Sociedade decidiu transferir para a própria holding, a obrigação decorrente do empréstimo originalmente devido a Telecomunicações Brasileiras S.A. - TELEBRÁS, absorvida no processo de cisão.

Em 1º de agosto de 2001, foi proferida sentença julgando improcedentes os pedidos deduzidos pela Sociedade na ação declaratória, porém em 8 de outubro de 2001 a Sociedade entrou com recurso de apelação sendo que a mesma até a presente data ainda não foi julgada.

Conforme opinião dos advogados da Sociedade, os mesmos avaliam tais contingências quanto a chances de perdas, como provável quanto ao mérito e possível quanto ao fator de reajuste. A diferença não contingenciada em 31 de dezembro de 2003, entre as taxas originais dos contratos e a atualização praticada descrita acima é estimada em R\$ 31.669 (R\$ 82.430 em 31 de dezembro de 2002).

Processos Tributários

Perda Provável

a) ICMS

As controladas receberam autuações fiscais que totalizam R\$ 1.656, cujos objetos são: (i) incidência do ICMS sobre os serviços de bônus concedido nas vendas de cartões e de telefones celulares pré-pago (compreendidos como serviços de comunicação), referente ao período de Junho de 1999 a dezembro de 2001 totalizando o montante de R\$ 644; (ii) ICMS incidente sobre a prestação de serviços oneroso de comunicação/telecomunicações, tais como: outros serviços como acesso, adesão e ativação, habilitação, Detraf, e sobre serviços suplementares e facilidades adicionais que otimizem ou agilizem o processo de comunicação, compreendido no período de janeiro de 1998 a dezembro de 2000, totalizando o montante de R\$ 450; (iii) ICMS sobre o fornecimento de cartões celulares e inclusão indutiva de créditos eletrônicos como bônus, como forma de disponibilização a terceiros, condições materiais para que a comunicação ocorra em caráter negocial, referente ao período de maio a dezembro de 2001, no montante total de R\$ 280; (iv) referente a diversas autuações de ICMS relacionadas com a comercialização de mercadorias, no valor de R\$ 282.

b) PIS e COFINS

Em 27 de novembro de 1998, o cálculo do PIS e COFINS foi alterado pela Lei n.º 9.718, a qual (i) aumentou a alíquota do COFINS de 2% para 3%, (ii) autorizou a dedução de até 1/3 do montante do ICMS do montante da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL e também (iii) aumentou indiretamente a COFINS e o PIS devidos pelas subsidiárias, determinando a inclusão das receitas excedentes ao faturamento em suas bases de cálculo. Segundo nossos assessores legais, esse aumento é inconstitucional, pois: (i) o artigo 195 da Constituição da República Federativa do Brasil, em vigor por ocasião da publicação da Lei n.º 9.718, estabelecia que o PIS e a COFINS incidiriam apenas sobre folhas de pagamento, faturamento e lucros; (ii) o Governo Federal utilizou meio inadequado para o aumento da COFINS e do PIS, lei ordinária ao invés de lei complementar; (iii) não foi observado o prazo de 90 (noventa) dias, contados a partir da publicação da lei, para sua vigência.

A TCO impetrou mandado de segurança questionando a legitimidade das exigências contidas na Lei n.º 9718/98, sendo que, com a finalidade de suspender a exigibilidade do crédito, os valores apurados pelas controladas foram provisionados e depositados judicialmente, totalizando a importância aproximada de R\$9.709, logo não haverá necessidade de novos desembolsos.

Perda Possível

a) ICMS

As controladas receberam autuações fiscais que totalizam R\$1.596, cujos objetos são: (i) R\$1.119 - ICMS sobre serviços complementares; (ii) R\$477 - referente a diversas autuações de ICMS.

Com base na opinião dos seus advogados e consultores tributários, a Administração acredita que a resolução dessas questões não produzirá efeito material adverso sobre sua condição financeira e, portanto, não constitui provisão nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2003.

b) ISS

Suposto débito tributário referente ao período de outubro de 2000 a maio de 2002, decorrente do não recolhimento do ISS sobre a receita de diversos serviços prestados pela NBT (Roraima). O valor do suposto débito é de R\$452. Foram Remotas

a) ICMS

Em junho de 1998, foi aprovado, no âmbito do CONFAZ - Conselho Nacional de Política Fazendária, o Convênio ICMS n.º 69/98, que, dentre outras coisas, determinou que a partir de 1º de julho de 1998 os valores cobrados a título de habilitação e demais serviços complementares fossem incluídos na base de cálculo do ICMS. Supostamente por ter caráter meramente interpretativo, o referido Convênio também estabeleceu que essa exigência poderia ser aplicada retroativamente aos serviços realizados nos cinco anos anteriores a 30 de junho de 1998.

A Administração acredita que as sociedades antecessoras de suas controladas sejam responsáveis por quaisquer obrigações tributárias resultantes da aplicação retroativa do ICMS sobre as receitas de habilitação contabilizadas em períodos anteriores a 1998. Não foi efetuada nenhuma provisão nas demonstrações financeiras consolidadas para os períodos anteriores a 1998.

Informada com essa exigência, as controladas ajustaram ações questionando a legitimidade de sua cobrança. Com a finalidade de suspender a exigibilidade do crédito, os valores apurados pelas controladas foram depositados judicialmente, totalizando a importância aproximada de R\$2.200.

Com base na opinião dos seus advogados e consultores tributários, a Administração acredita que a resolução dessas questões não produzirá efeito material adverso sobre sua condição financeira e, portanto, não constitui provisão nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2003.

b



Tele Centro Oeste Celular Participações S.A.

CNPJ 02.558.132/0001-69

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2003 e de 2002 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando mencionado)

	US\$
Empréstimos e financiamentos – US\$	(54.330)
Empréstimos e financiamentos – UMBNDES	(5.533)
Instrumentos de "hedge"	61.239
Exposição líquida	<u>(1.376)</u>

A UMBNDES é uma unidade monetária preparada pelos BNDES, composta por uma cesta de moedas estrangeiras, cuja principal é o *US\$ dollar*; razão pela qual a Sociedade e suas controladas a consideram como *US\$ dollar* na análise de cobertura do risco relacionado às flutuações das taxas de câmbio.

b. Operações com Derivativos

A Sociedade e suas controladas registram os ganhos e as perdas com contratos de derivativos como despesas financeiras líquidas.

O quadro abaixo apresenta o valor contábil e uma estimativa do valor de mercado dos empréstimos e financiamentos, bem como das operações com derivativos:

	Valor Contábil	Valor de Mercado	Ganho Não Realizado
Empréstimos e financiamentos	(348.168)	(344.996)	3.172
Instrumentos derivativos	(15.006)	(7.368)	7.638
Total	(363.174)	(352.364)	10.810

c. Valor de mercado dos instrumentos financeiros

O valor de mercado dos empréstimos e financiamentos, bem como dos contratos de "swaps", foi determinado com base no fluxo de caixa descontado, utilizando-se projeções de taxas de juros disponíveis.

Os valores de mercado são calculados em um momento específico com base em informações disponíveis e metodologias de avaliação próprias, portanto, as estimativas indicadas não representam necessariamente valores de realização a mercado. A utilização de diferentes premissas pode afetar significativamente as estimativas.

29. PLANOS DE BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

A Tele Centro Oeste Celular Participações S.A. e suas controladas, juntamente com outras empresas do antigo Sistema Telebrás, patrocinam planos de previdência privada e de assistência médica aos aposentados, administrados pela Fundação Sistel de Seguridade Social – SISTEL. Até dezembro de 1999, todas as patrocinadoras dos planos administrados pela Sistel eram solidárias com relação a todos os planos então existentes. Em 28 de dezembro de 1999, as patrocinadoras dos planos administrados pela SISTEL negociaram condições para a criação de planos individualizados de aposentadoria por patrocinadora (PBS-TCO) e manutenção da solidariedade apenas para os participantes já assistidos que se encontravam em tal condição em 31 de janeiro de 2000 (PBS-A), resultando em uma proposta de reestruturação no Estatuto e Regulamento da SISTEL, a qual foi aprovada pela Secretaria de Previdência Complementar em 13 de janeiro de 2000.

Em decorrência da quebra de solidariedade ocorrida em dezembro de 1999, a Tele Centro Oeste Celular Participações S.A. e suas controladas patrocinam individualmente um plano de benefícios definidos de aposentadoria - o Plano PBS-TCO. Além do benefício da suplementação de aposentadoria, a Sociedade participa de um plano multipatrocinado de assistência médica aos empregados aposentados e a seus dependentes, a custo compartilhado (PAMA).

As contribuições para o plano PBS-TCO são determinadas com base em estudos atuariais preparados por atuários independentes, de acordo com as normas em vigor no Brasil. O regime de determinação do custeio é o de capitalização e a contribuição devida pela patrocinadora é de 13,5% sobre a folha de salários dos seus empregados participantes do plano, dos quais 12,0% são destinados ao custeio do plano PBS-TCO e 1,5% ao plano PAMA.

Para 99% dos empregados da Tele Centro Oeste Celular Participações S.A. e suas controladas há um plano individual de contribuição definida – o Plano de Benefícios TCO Prev, instituído pela SISTEL em agosto de 2000. O plano TCO Prev é viabilizado através de contribuições feitas pelos participantes (empregados) e pelas patrocinadoras, que são creditadas em contas individuais dos participantes. A Tele Centro Oeste Celular Participações S.A. e suas controladas são responsáveis pelo custeio de todas as despesas administrativas e de manutenção do plano, inclusive pelos riscos de morte e invalidez dos participantes. Aos empregados participantes dos planos de benefícios definidos. (PBS-TCO) foi dada a opção de migração para o plano TCO Prev, sendo também oferecido aos demais empregados que não participavam do plano PBS-TCO bem como para todos os novos contratados. As contribuições da Sociedade ao plano TCO Prev são iguais às dos participantes, variando de 1% a 8% do salário de participação, em função do percentual escolhido pelo participante.

Durante o exercício de 2003, a Tele Centro Oeste Celular Participações S.A. efetuou contribuições ao PBS-TCO no montante de R\$ 3 e ao plano TCO Prev no montante de R\$4.380.

A Sociedade e suas controladas optou por registrar os passivos atuariais conforme previsto na Deliberação CVM nº 371, de 13 de dezembro de 2000, diretamente no patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2001, líquido dos efeitos tributários correspondentes. Na avaliação atuarial dos planos foi adotado o método do crédito unitário projetado. Para os planos multipatrocinados (PAMA e PBS-A), o rateio dos ativos dos planos foi feito com base no passivo atuarial da empresa em relação ao passivo atuarial total do plano. O valor total da obrigação reconhecida em 31 de dezembro de 2003 foi de R\$ 2.346.

Demonstramos a seguir a composição da provisão para os planos de aposentadoria de benefícios definidos e plano de assistência médica aos aposentados em 31 de dezembro de 2003, bem como as demais informações requeridas pela Deliberação CVM nº 371 sobre tais planos:

Plano	31.12.03	31.12.02
TCO Prev	2.471	395
PAMA	339	69
Total	2.810	464

a) Conciliação dos ativos e passivos

	31.12.03			
	TCO Prev	PAMA (i)	PBS-TCO (ii)	PBS-A (ii)
Total do passivo atuarial	36.143	778	1.737	3.053
Valor justo dos ativos	(33.672)	(439)	(1.884)	(3.647)
Passivo (ativo) líquido	<u>2.471</u>	<u>339</u>	<u>(147)</u>	<u>(594)</u>

	31.12.02			
	TCO Prev	PAMA (i)	PBS-TCO (ii)	PBS-A (ii)
Total do passivo atuarial	31.505	656	826	2.524
Valor justo dos ativos	(25.225)	(291)	(2.660)	(3.153)
Ajuste para diferimento permitido - ganhos (perdas) atuariais não reconhecidas	(5.897)	(292)	1.446	440
Passivo (ativo) líquido	<u>383</u>	<u>73</u>	<u>(388)</u>	<u>(189)</u>

(i) Refere-se à participação proporcional da Sociedade e suas controladas nos ativos e passivos do plano multipatrocinado – PAMA e PBS-A.

(ii) Embora o TCP Prev, PBS e PBS-A estejam superavitários em 31 de dezembro de 2003, nenhum ativo foi reconhecido pela patrocinadora, em virtude da impossibilidade legal de reembolso desse superávit, além do fato de este ser um plano não contributivo, o que impossibilita a redução de contribuições do patrocinador no futuro.

b) Total de despesa reconhecida na demonstração de resultado

	31.12.03	
	TCO Prev	PAMA
Custo do serviço corrente	1.343	5
Custo dos juros	3.536	73
Total	4.879	78

c) Movimentação do passivo atuarial líquido

	31.12.03			
	TCO Prev	PAMA	PBS-TCO	PBS-A
Passivo líquido em 31.12.02	383	73	-	-
Ganhos atuariais reconhecidos no exercício	(1.436)	189	-	-
Contribuições da patrocinadora no exercício	(1.355)	(1)	-	-
Despesas de 2003	4.879	78	-	-
Passivo líquido reconhecido no balanço	<u>2.471</u>	<u>339</u>	-	-

	31.12.03			
	TCO Prev	PAMA	PBS-TCO	PBS-A
Passivo atuarial em 31.12.02	31.505	656	826	2.524
Custo do serviço corrente	1.343	5	66	-
Juros sobre o passivo atuarial	3.536	73	91	275
Benefícios pagos no exercício	(232)	(33)	(278)	(210)
(Ganhos) perdas atuariais do exercício	(9)	77	1.032	464
Passivo atuarial em 31.12.03	<u>36.143</u>	<u>778</u>	<u>1.737</u>	<u>3.053</u>

e) Movimentação dos ativos dos planos

	31.12.03			
	TCO Prev	PAMA	PBS-TCO	PBS-A
Valor justo dos ativos do plano em 31.12.02	25.225	291	2.660	3.153
Benefícios pagos no exercício	(232)	(33)	(278)	(210)
Contribuições da patrocinadora no exercício	1.355	1	4	-
Rendimentos ativos do plano no exercício	7.324	180	(502)	704
Valor justo dos ativos do plano em 31.12.03	<u>33.672</u>	<u>439</u>	<u>1.884</u>	<u>3.647</u>

f) Despesa prevista para 2003

	31.12.03			
	TCO Prev	PAMA	PBS-TCO	PBS-A
Custo do serviço	1.343	5	66	-
Custo dos juros sobre obrigações atuariais	3.536	73	91	275
Rendimento esperado dos ativos	(3.702)	(41)	(384)	(443)
Custo de amortizações	762	73	(123)	(68)
Contribuição dos empregados	-	-	(10)	-
Total	1.939	110	(360)	(236)

g) Premissas atuariais

	31.12.03			
	TCO Prev	PAMA	PBS-TCO	PBS-A
Taxa utilizada para o desconto a valor presente do passivo atuarial	11,30% a.a.	11,30% a.a.	11,30% a.a.	11,30% a.a.
Taxa de retorno esperada sobre os ativos do plano	11,83% a.a.	11,30% a.a.	11,30% a.a.	11,30% a.a.
Taxa de crescimento salarial futuro	7,10% a.a.	7,10% a.a.	7,10% a.a.	7,10% a.a.
Taxa de crescimento dos custos médicos	N/A	8,15% a.a.	8,15% a.a.	N/A
Taxa de crescimento dos benefícios	5,00% a.a.	5,00% a.a.	5,00% a.a.	5,00% a.a.

	UP84 c/ 1 ano de agravamento		
	UP84 c/ 1 ano de agravamento	UP84 c/ 1 ano de agravamento	UP84 c/ 1 ano de agravamento
Tábua de mortalidade	Merced	Merced	Merced
Tábua de entrada em invalidez	Merced	Merced	Merced

	31.12.02		
	TCO Prev	PAMA	PBS-A
Taxa utilizada para o desconto a valor presente do passivo atuarial	11,30% a.a.	11,30% a.a.	11,30% a.a.
Taxa de retorno esperada sobre os ativos do plano	14,45% a.a.	14,45% a.a.	14,45% a.a.
Taxa de crescimento salarial futuro	8,15% a.a.	8,15% a.a.	5,00% a.a.
Taxa de crescimento dos custos médicos	N/A	10,62% a.a.	N/A
Taxa de crescimento dos benefícios	5,00% a.a.	5,00% a.a.	5,00% a.a.

	UP84 c/ 1 ano de agravamento		
	UP84 c/ 1 ano de agravamento	UP84 c/ 1 ano de agravamento	UP84 c/ 1 ano de agravamento
Tábua de mortalidade	Merced	Merced	Merced
Tábua de entrada em invalidez	Merced	Merced	Merced

30. REESTRUTURAÇÃO SOCIETÁRIA

Em setembro de 2000, foi concluído o processo de reestruturação societária, no qual foi transferido o ágio pago no processo de desestatização da Sociedade para suas controladas.

Os registros contábeis mantidos para fins societários e fiscais das sociedades possuem contas específicas relacionadas com ágio e provisão incorporados e amortização e crédito fiscal correspondentes, cujos saldos em 31 de dezembro de 2003 são os seguintes:

	Saldos no			
	Data da Incorporação	Controladora	Consolidado	
	31.12.03	31.12.02	31.12.03	31.12.02
Balanço:				
Ágio – incorporado	322.693	18.703	37.406	64.538
Provisão incorporada	(212.977)	(12.344)	(24.688)	(42.595)
Líquido correspondente ao crédito fiscal incorporado	<u>109.716</u>	<u>6.359</u>	<u>12.718</u>	<u>21.943</u>
		<u>31.12.03</u>	<u>31.12.02</u>	<u>31.12.02</u>
Resultado:				
Amortização do ágio	(18.703)	(18.703)	(64.538)	(64.538)
Reversão da provisão	12.344	12.344	42.595	42.595
Crédito fiscal	<u>6.359</u>	<u>6.359</u>	<u>21.943</u>	<u>21.943</u>
Efeito no resultado	-	-	-	-

Como demonstrado, a amortização do ágio, líquida da reversão da provisão e do crédito fiscal correspondente, resulta em efeito nulo no resultado do exercício e, conseqüentemente, na base de cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios. Objetivando uma melhor apresentação da situação financeira e patrimonial das Sociedades nas demonstrações financeiras, o valor líquido, que, em essência, representa o saldo do crédito fiscal incorporado, foi classificado no balanço no ativo circulante e realizável a longo prazo como impostos diferidos (Nota 7).

O crédito fiscal incorporado será capitalizado na medida de sua realização efetiva. No exercício de 2003 a Sociedade e suas controladas absorveram os créditos operacionais e conseguiram aproveitar R\$ 21.943 de benefício fiscal por conta da reestruturação.

31. HONORÁRIOS DOS ADMINISTRADORES

Durante os exercícios de 2003 e de 2002, os honorários dos administradores totalizaram R\$ 2.767 e R\$ 3.213 no consolidado, e R\$ 2.633 e R\$ 2.951 na controladora, respectivamente, tendo sendo apropriados como despesas gerais e administrativas.

32. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As principais transações com partes relacionadas não consolidadas são:

a. Comunicação Via Celular para Longas Distâncias ("Roaming") e Uso de Rede – Essas transações envolvem as empresas pertencentes ao mesmo grupo controlador: Telecomunicações de São Paulo S.A., Telerj Celular S.A., Telemat Celular S.A., Telebahia Celular S.A., Telerj Celular S.A., Telesp Celular S.A., Global Telecom S.A. e Celular CRT S.A. Parte dessas transações foram estabelecidas com base em contratos firmados pela Telebrás com as operadoras concessionárias em período anterior à privatização sendo as condições regulamentadas pela ANATEL.

b. Prestação de serviços corporativos são o repassados as sociedades controladas pelo custo efetivamente incorrido nesses serviços.

c. Os valores a pagar a empresas ligadas referem-se às operações de mútuos entre a Sociedade e suas controladas.

A seguir, um sumário dos saldos e das transações com partes relacionadas não consolidadas:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.03	31.12.02	31.12.03	31.12.02
Ativo				
Contas a receber de serviços	4.057	-	415	-
Créditos com empresas do grupo	97.636	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	4.301	-	-	-
Passivo				
Fornecedores	914	-	6.312	-
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	-
Juros sobre capital próprio a pagar	32.388	-	32.388	-
Resultado				
Receita de serviços de telecomunicações			45	-
Telegoias Celular			154	-
Telemat Celular			142	-
Telems Celular			178	-
Teleron Celular			75	-
Teleacre Celular			290	-
NBT			134	243
Telerj Celular			32	77
Telest			43	62
Telebahia			21	24
Telesergipe			82	243
CRT			<u>1.196</u>	<u>649</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2003				

Parecer do Conselho de Administração

Os Senhores Conselheiros de Administração, após exame e discussão e, em face da manifestação favorável dos Conselheiros Fiscais e do Auditor Independente, aprovaram, por unanimidade dos presentes e sem ressalvas, as Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes, o Relatório Anual da Administração, a Proposta de Destinação dos Resultados relativos ao exercício findo em 31.12.2003, o Orçamento de Capital e o Parecer do Conselho Fiscal, a serem submetidos à Assembléa Geral Ordinária de 2004.

Conselho de Administração

FELIX PABLO IVORRA CANO Presidente	ZEINAL ABEDIN MOHAMED BAVA Conselheiro	ERNESTO LOPEZ MOZO Conselheiro	EDUARDO PERESTRELO CORREIA DE MATOS Conselheiro	CARLOS MANUEL DE L. E VASCONCELOS CRUZ Conselheiro
IRIARTE JOSÉ ARAÚJO ESTEVES Vice-Presidente	IGNACIO ALLER MALLO Conselheiro	FERNANDO XAVIER FERREIRA Conselheiro	ANTONIO VIANA-BAPTISTA Conselheiro	PEDRO MANUEL BRANDÃO RODRIGUES Conselheiro

Diretoria

SÉRGIO ASSENÇO TAVARES DOS SANTOS Diretor Presidente Vice-Presidente Executivo de Operações	LUIS ANDRÉ CARPINTERO BLANCO Vice-Presidente Executivo de Finanças, Planej. e Controle	ROBERTO IUNES BRITO Vice-Presidente Executivo de Marketing e Inovação	ANTONIO CARLOS HAIDAMUS MONTEIRO Vice-Presidente Tecnologia e Redes Vice-Presidente de Clientes	GETÚLIO NERY CARDOSO Vice-Presidente de Regul. e Relações Institucionais	FERNANDO ABELLA GARCIA Vice-Presidente de TI e Eng ^o de Produtos e Serviços
--	--	---	--	--	--

Parecer do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal da Tele Centro Oeste Celular Participações S.A. ("TCO"), no uso de suas atribuições legais e estatutárias, conforme previsto nos incisos II, III e VII, do artigo 163 da Lei 6.404/76, procederam ao exame e análise das Demonstrações Financeiras, e do Relatório Anual da Administração e da Proposta de Destinação dos Resultados, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2003, e, levando em consideração os esclarecimentos prestados pela Administração e o parecer sem ressalvas dos Auditores Independentes, Deloitte Touche Tohmatsu emitido em 03/02/2004, opinam, por unanimidade, que os mesmos refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, as posições patrimonial e financeira da Sociedade e de suas controladas, pelo que, recomendam a sua aprovação, sem ressalvas, na Assembléa Geral Ordinária dos Senhores Acionistas que vier a ser realizada com este propósito nos termos da Lei das S.A.

São Paulo, 11 de fevereiro de 2004.

JOÃO LUIS TENREIRO BARROSO

NORAIR FERREIRA DO CARMO

LUCIANO NÓBREGA QUEIROGA

Conselho Fiscal

Efetivo
LUCIANO NÓBREGA QUEIROGA
Representante dos Preferencialistas
JOÃO LUIS TENREIRO BARROSO
NORAIR FERREIRA DO CARMO

Suplente
ADELIO RESENDE ARAÚJO
Representante dos Preferencialistas
JOSÉ GUILHERME FEIJÃO Q. DE ATAÍDE
WOLNEY QUERINO SCHÜLER CARVALHO

Parecer dos Auditores Independentes

Aos Acionistas e Administradores da Tele Centro Oeste Celular Participações S.A. Brasília - DF

1. Examinamos os balanços patrimoniais, individual (controladora) e consolidado, da Tele Centro Oeste Celular Participações S.A. e controladas, levantados em 31 de dezembro de 2003, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido (controladora) e das origens e aplicações de recursos correspondentes ao exercício findo naquela data, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras.

2. Nosso exame foi conduzido de acordo com as normas brasileiras de auditoria e compreendeu: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume das transações e o sistema

contábil e de controles internos da Sociedade e de